

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 19743/2020

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição, sob demanda, de CARNE E DERIVADOS para atender as necessidades do CAPS i, CAPS AD, CAPS II e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nas requisições e justificativas acostadas às fls. 04/09, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. Requisitantes: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;  
Caps i;  
Caps AD;  
Caps II;
- 1.3. Fundamentação legal: Pregão eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993 c/c Decreto Federal nº 1024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 1.5. Tipo: Menor preço global nos termos da Lei nº. 8666/93;

2. DO QUANTITATIVO

- 2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CATMAT	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
451059	1	ACÉM MOÍDO/PICADO	KG	2.704
447493	2	BUCHO BOVINO	KG	100



474065	3	CARNE SECA (FATIADA)	KG	550
447513	4	COSTELA SUÍNA SALGADA	KG	80
451065	5	COXÃO MOLE (CHÃO EM BIFE)	KG	2.088
447487	6	FÍGADO BOVINO (BIFE)	KG	200
447444	7	LAGARTO PLANO	KG	1.220
449183	8	LINGUIÇA FINA DE PORCO	KG	60
447702	9	LINGUIÇA CALABRESA	KG	151
447705	10	LINGUIÇA TOSCANA	KG	150
449182	11	LINGUIÇA PAIO	KG	218
447744	12	LOMBO SUÍNO (BIFE)	KG	590
447744	13	LOMBO SUÍNO SALGADO	KG	150
447782	14	MORTADELA FATIADA	KG	300
447732	15	MÚSCULO BOVINO (CUBO)	KG	350
447451	16	PATINHO BOVINO (BIFE)	KG	1.170
447395	17	PEITO BOVINO	KG	250
447597	18	PEITO DE FRANGO (COM OSSO)	KG	1.580
447595	19	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO)	KG	1.860
449773	20	PEITO DE PERU (FATIADO)	KG	200
448897	21	PEIXE (FILÉ DE MERLUZA)	KG	1.046



448170	22	PERNIL SUÍNO (SEM OSSO)	KG	704
447774	23	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA (FATIADO)	KG	596
467200	24	SALSICHA TIPO HOT DOG	KG	55
447866	25	SOBRECOXA DE FRANGO	KG	3.050
447668	26	TOUCINHO DEFUMADO (BACON)	KG	266

\* Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U/C	HMNF	CAPS I	CAPS AD	CAPS II	TOTAL
1	ACÉM MOÍDO/PICADO	KG	2.450	22	22	210	2.704
2	BUCHO BOVINO	KG	100				100
3	CARNE SECA (FATIADA)	KG	550				550
4	COSTELA SUÍNA SALGADA	KG	80				80
5	COXÃO MOLE (CHÃ EM BIFE)	KG	1.700	94	94	200	2.088
6	FÍGADO BOVINO (BIFE)	KG	200				200
7	LAGARTO PLANO	KG	1.000	80	80	60	1.220
8	LINGUIÇA FINA DE PORCO	KG	60				60
9	LINGUIÇA CALABRESA	KG		48	48	55	151
10	LINGUIÇA TOSCANA	KG	150				150
11	LINGUIÇA PAIO	KG	80	57	57	24	218
12	LOMBO SUÍNO (BIFE)	KG	500	40	40	10	590
13	LOMBO SUÍNO SALGADO	KG	150				150
14	MORTADELA FATIADA	KG	300				300
15	MÚSCULO BOVINO (CUBO)	KG	350				350
16	PATINHO BOVINO (BIFE)	KG	700	100	100	270	1.170
17	PEITO BOVINO	KG	250				250



18	PEITO DE FRANGO (COM OSSO)	KG	1.400	40	40	100	1.580
19	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO)	KG	1.700	20	20	120	1.860
20	PEITO DE PERU (FATIADO)	KG	200				200
21	PEIXE (FILÉ DE MERLUZA)	KG	950	22	22	52	1.046
22	PERNIL SUÍNO (SEM OSSO)	KG	300	132	132	140	704
23	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA (FATIADO)	KG	500	18	18	60	596
24	SALSICHA TIPO HOT DOG	KG		18	18	19	55
25	SOBRECOXA DE FRANGO	KG	2.500	140	140	270	3.050
26	TOUCINHO DEFUMADO (BACON)	KG	180	18	18	50	266

### 3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.
- 3.2. A presente proposição para aquisição de carnes e derivados justifica-se pela necessidade de reposição do estoque destes alimentos, visando o bom e regular funcionamento das Unidades e Dispositivos de Saúde.
- 3.3. A presente aquisição visa atender a demanda das Unidades de Saúde na oferta de uma alimentação saudável aos pacientes, servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Nova Friburgo e demais regiões assistidas por estas unidades.
- 3.4. A aquisição dos alimentos (carne e derivados) possui a finalidade de assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades Requisitantes, contribuindo com a oferta de uma alimentação adequada e equilibrada para o desenvolvimento saudável de seus pacientes e

demais usuários, garantindo segurança alimentar e nutricional aos assistidos, bem como adequadas condições de saúde.

- 3.5. Necessário informar que o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro encontra-se atualmente com os Setores de Lavanderia, Cozinha e Despensa interditados, oriundo de cumprimento de decisão judicial. Por tal razão o município de Nova Friburgo contratou empresa para a execução das obras, proveniente do processo administrativo nº 5992/2019, as quais se encontram, até a presente data, pendentes de conclusão.
- 3.6. Diante tal fato, o Hospital Maternidade somente requisitará os itens constantes no presente feito se as obras da Unidade forem devidamente concluídas, estando o Setor em referência em pleno funcionamento, caso contrário, não o fará, haja vista a existência de empresa contratada para o fornecimento de alimentação e nutrição, o qual engloba todos os tipos de gêneros alimentícios (leite, carne, pão, hortifrutigranjeiros e estocáveis).
- 3.7. Há que ressaltar que o sistema a ser adotado para a aquisição dos alimentos é sob o registro de preços, previsto na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93, o qual não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada.
- 3.8. Frise-se que o quantitativo dos itens requisitados foram baseados no histórico de consumo das Unidades de saúde conforme se comprova pelas planilhas demonstrativas anexadas aos autos.

#### 4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1. A entrega dos alimentos deverá ser realizada de acordo com a solicitação das Unidades e Dispositivos de Saúde, nos endereços arrolados abaixo, com prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da Nota de Empenho:
- 4.1.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ;
- 4.1.2. Caps II - Avenida Comte. Bittencourt, n.º 142, Centro, Nova Friburgo/RJ;

4.1.3. Caps-i – Alameda Marques de Maricá, nº 137, Parque São Clemente, Nova Friburgo/RJ;

4.1.4. Caps-AD – Rua Professor Frezze, nº 84, Vilage, Nova Friburgo/RJ;

4.2. O prazo de validade dos alimentos, na data de entrega, não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os itens deverão ser entregues nos respectivos endereços e horários determinados pelas Unidades Requisitantes.

4.4. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

4.4.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

4.4.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

4.4.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos alimentos fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer alimento entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações e padrões de qualidade exigidos.

## **6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**6.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## **7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório;

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.15;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo: 30001.1030200702.189;

8.2.2. Caps: 30001.1030200872327;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000;

## 9. DA LIQUIDAÇÃO

- 9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto 258 de 27 de setembro de 2018.

## 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento da despesa será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal dos produtos deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem



como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

- 11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.
- 11.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 12.1. Caberá à Contratante:

- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços;

- 13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- 13.8. Comunicar à Contratante no prazo mínimo de 72h (setenta e duas) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.9. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

#### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### 15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração quanto à continuidade da presente contratação.

16. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

16.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo relacionados:

Hospital Maternidade / Fiscais

Tânia Maria Costa Moreira;  
Samyra Oliveira Santos,;

CAPS / Fiscais

Cláudia Pietrobom de Alvarega;  
Sandra Leal de Souza;

GESTORES

Fernanda Neves da Veiga Pacheco;  
Ceres Lourenço Teixeira;

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do objeto.

16.5. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

17.1.3 - apresentar documentação falsa;

17.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.6 - não mantiver a proposta;

17.1.7 - cometer fraude fiscal;

17.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

17.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

17.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão o atraso injustificado na entrega do objeto e/ou sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

18.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no

que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

#### 19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pelos responsáveis das Unidades Requisitantes os quais se responsabilizam por todas as informações e justificativas apresentadas no presente instrumento, cabendo a esta subscritora tão somente a reprodução dos aspectos formais do Projeto Básico consoante a legislação vigente.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco  
Gestão de Processos e Contratos - SMS  
OAB/RJ 206.559

Ratifico o teor do presente Termo de Referência:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula: 106.137